PARA 2024

Vereadores aprovam Lei de Diretrizes Orçamentárias estimada em R$528mi

Lei foi votada em Sessão Extraordinária na terça

Esse é o instrumento mais importante do planejamento municipal

ROSI OLIVEIRA / Redação DS

Para apreciar as diretrizes para metas e prioridades da administração pública municipal, aconteceu também na última terça-feira, 5, além da Sessão Ordinária que ocorre toda semana, uma Sessão Extraordinária, sendo a 8ª do ano de 2024.

A reunião teve por objetivo oportunizar que legisladores avaliassem a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o exercício financeiro de 2024, sendo esse o instrumento mais importante do planejamento municipal, uma vez que define as regras e os compromissos que orientam a elaboração e execução da Lei Orçamentária Anual (LOA), objetivando estabelecer, de forma clara e transparente, as metas e prioridades que a Administração Municipal pretende realizar a partir de uma metodologia estruturada por princípios estabelecidos na lei.

> “É possível traçar um norte para o ano que vem

Conforme dados apresentados no projeto, a receita do Município tem sido sempre maior que a estimada, mesmo com acontecimentos pelo mundo que acabam por impactar a economia local.

Nas estimativas, para o ano de 2024 a receita deverá ser de R$528.548.497,35, em 2025, R$568.019.380,87 e no ano de 2026, R$614.138.260,13.

O projeto foi aprovado pelos vereadores por unanimidade. “É uma peça orçamentária importante, visto que está relacionada as despesas e receitas, e a gente sabe que uma é atrelada a outra. Então, quanto maior o nível de receita que o Município consegue ter, maior o nível de despesas e gastos”, salienta o vereador Eduardo Sanches, ao reforçar que, através da LDO, é possível traçar um norte para o próximo ano.

A proposta também traduz a preocupação e observância na condução de uma política financeira baseada no equilíbrio das contas públicas, cuja referência está no controle de gastos, no aumento de receita e na transparência e utilização correta dos recursos públicos.

Em sete meses, CCJR analisou 578 matérias

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Plano Plurianual começa a ser debatido na próxima semana

A reunião para debater o PPA será no próximo dia 14 de setembro

LAIS COSTA MARQUES / Assesoria

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJR) analisou 578 matérias entre os meses de fevereiro e agosto deste ano, dando parecer sobre os principais temas em debate na Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT). Alteração na Lei da Pesca e na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) estão entre as matérias analisadas no período.

Para a próxima semana está previsto o início das discussões sobre o Plano Plurianual 2024-2027 (PPA), que dispõe sobre o orçamento dos próximos quatro anos.

O balanço dos trabalhos da CCJR foi apresentado durante reunião ordinária realizada na última terça-feira, 5. O presidente da CCJR, deputado Júlio Campos (União), destacou o empenho de todos os parlamentares para deixar as votações em dia e garantir o andamento das tramitações na Casa.

“Trabalhamos bastante, com muita seriedade e competência. Quero agradecer aos deputados que compõem a comissão pelo comprometimento e também anunciar o início das discussões sobre o PPA com orçamento para o desenvolvimento social e econômico do estado”.

> Orçamento para o desenvolvimento social e econômico do estado

A reunião para debater o PPA será realizada no próximo dia 14 de setembro, a partir das 9h, na sala Sarita Baracat (202). O Plano Plurianual estabelece as diretrizes, os objetivos e as metas da administração pública por um período de quatro anos. Este ano, o presidente da Assembleia Legislativa de Mato Grosso, deputado Eduardo Botelho, recebeu o projeto de lei que dispõe sobre o PPA no último dia 1º de setembro.